

Autor: Garvão

D. Manuel I, um príncipe 'venturoso' do Renascimento



“Liderando homens em quatro continentes e três oceanos, Dom Manuel I, o Venturoso, abraçou a corrente europeia do Renascimento e adaptou-a à realidade nacional.”, assim é descrito um dos reis mais importantes de Portugal, pelo historiador João Paulo Oliveira e Costa, do qual se assinala agora a data dos 500 anos da sua morte.

Monarca português, filho do infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V, e de D. Brites, nasceu em 1469, em Alcochete e faleceu em 1521, em [Lisboa](#). Décimo quarto rei de Portugal. Com a morte de D. Isabel, de parto, casou pela segunda vez, em 1500, com a infanta D. Maria de Castela, irmã de D. Isabel. Deste casamento nasceram vários filhos, entre eles D. João, o futuro rei, e D. Beatriz, duquesa de Sabóia. Viúvo novamente, casou, em 1518, com a infanta D. Leonor, irmã de Carlos V. D. Manuel subiu ao trono em 1495, após a morte de D. João II, seu cunhado, de acordo com o testamento do falecido rei.

“O Renascimento” foi um movimento cultural que tocou toda a Europa ligada à Igreja latina ao longo dos séculos XV e XVI. Portugal cedo acompanhou este fascínio pela civilização greco-romana associado às evoluções tecnológicas (introdução das armas de fogo e do relógio, descoberta da perspectiva na pintura, invenção da imprensa de caracteres móveis) e ao desenvolvimento do humanismo que abriu caminho ao laicismo. Diga-se, a propósito, que os Descobrimentos foram outra peça fundamental da Europa do Renascimento” – descreve ainda sumariamente este período aquele autor.

Ora, o estudo da biografia deste rei português, mostra-nos que o Venturoso foi, sem dúvida, um príncipe do Renascimento. Com efeito, Dom Manuel I é precisamente um bom exemplo desta realidade – o rei que dirigiu a afirmação do império ultramarino português a uma escala quase planetária foi, apesar disso, um

governante que dedicou a maior parte das suas energias a modernizar o seu próprio reino.

Dom Manuel I legou-nos um património extraordinário devido à construção intensa que promoveu por todo o reino e territórios ultramarinos. Essas iniciativas levaram mesmo a que o seu nome fosse associado mais tarde a um estilo de matriz tardo-gótica, o manuelino, com elementos específicos. Também atraiu pintores flamengos que muito contribuíram para o embelezamento de igrejas e palácios, de que nos restam quadros espalhados por igrejas e museus.

Portugal distinguia-se pelo acesso direto aos mundos ultramarinos, matéria em que só Castela podia rivalizar. Em Lisboa, podiam avistar-se animais raros como os papagaios e as araras vindas do Brasil, mais cobras e macacos de todas as espécies, e feras que se assustavam e fascinavam. No entanto, foram sem dúvida os elefantes e o rinoceronte que mais impressionaram toda a Europa. Albrecht Dürer fez circular logo nesse ano por todo o Velho Continente uma imagem impressa do rinoceronte, que chegou mesmo a ser um símbolo da Índia nas décadas seguintes – afirma ainda o historiador.

Este império pluricontinental gerava admiração e auto-satisfação por ser tão extenso e por se afirmar sempre que necessário pela guerra. Se tinha uma vida pacífica no reino, Dom Manuel podia orgulhar-se dos feitos dos seus vassallos que venciam inimigos em territórios longínquos, percorrendo mares “nunca dantes navegados”. “As vitórias em sucessivas batalhas navais no Índico contra o samorim de Calecute e os seus aliados islâmicos deram-lhe o controlo do comércio da pimenta e impuseram o bloqueio ao mar Vermelho e a consequente asfixia do trato das especiarias entre egípcios e venezianos” – conclui J. P. Costa. A partir de 1500 e até ao fim do governo de Afonso de Albuquerque (1515), deu-se a tentativa de criação do império marítimo português e do Estado da Índia, tendo os portugueses conseguido capturar os portos de comércio mais lucrativos que serviam o antigo comércio transcontinental da Euro-Ásia.

O rei ganha então o epíteto de “Sereníssimo e Inuicíssimo Rey e Senhor Dom Emanuel o primeiro. Rey de Portugal e dos Algarves daquem e alem mar em Africa. Senhor de Guynee. E da conquista da naueguaçom e comercio de Ethiopia. Arabia. Persia. e da India. [...]”. A parte final deste título resulta da rota de navegação seguida por Vasco da Gama até Calecute no final de quatrocentos e é o reflexo do projeto imperial de D. Manuel, encerrando uma estratégia política global. Como afirma João Paulo Costa, este título visava sobretudo impressionar os príncipes europeus e realçar o monopólio português em relação aos mares das Índias orientais.

Resta-nos falar da gravura da esfera armilar, símbolo do universo, da astronomia, da potência, da liberalidade e ainda da eternidade, tendo-a adoptado D. Manuel I como corpo da sua empresa, que adquiriu enorme importância e universalidade. Embora a esfera armilar já se tivesse tornado um símbolo nacional no tempo do rei D. Duarte, Sílvia Leite refere ainda a simbologia da totalidade do mundo e da esperança, considerando a esfera o emblema perfeito do reinado de D. Manuel.

Entretanto, refere J. P. Costa, no Índico, os triunfos das armas lusas prosseguiram e Afonso de Albuquerque conquistou as cidades de Goa e de Malaca nos anos de 1510 e 1511 e submeteu o reino de Ormuz em

1515. Criava-se assim os fundamentos do Estado Português da Índia, que asseguraram a viabilidade dos negócios da Ásia durante um século. As vitórias militares assentaram no uso da artilharia naval. E D. Manuel, até então considerado o rei do ouro, passa a ser também o da especiaria asiática, ambicionando controlar o seu comércio, nem que para isso tivesse de recorrer à guerra, tomando a decisão de intervir sistematicamente no Índico e impondo a sua vontade aos islamitas e aos seus aliados. Desta feita, seriam os Portugueses o povo eleito para conquistar a Índia, a nova terra prometida. Essa esperança constituía, aliás, parte da alma da divisa do Venturoso. Segundo Sílvia Leite, devido ao sucesso dos Descobrimentos e à conjuntura económica favorável, as teorias sobre a origem divina do poder real favoreceram a visão do rei como émulo de Cristo e mesmo novo Messias, querendo aquele conquistar a Cidade Santa.

Inovador, deixou marca própria para lá da acomodação de Portugal aos ventos do Renascimento e, além de reorganizar os hospitais do reino, criou uma irmandade assistencial única, que perdura nos dias de hoje. Trata-se das Misericórdias, cuja primeira Casa foi fundada em Lisboa, em 1499, e que logo se replicaram pelo reino, ilhas e territórios do império, tendo subsistido até aos dias de hoje.

Em conclusão, o rei D. Manuel seria o rei que mais divulgara a fé cristã por todas as partes do mundo, numa verdadeira missão católica, tendo por objectivo a conversão de novos povos e poderes para a Cristandade. pela missão evangélica universal de salvação dos povos, proporcionada pelo processo dos Descobrimentos portugueses e D. Manuel era o rei predestinado, o novo Messias eleito por Deus, remata S. Leite.

Na Europa, a opinião pública espantou-se mais com a constatação de que existia um Novo Mundo – o continente americano, nunca antes imaginado por ninguém, do que com as descrições das terras de África ou da Ásia, mas as novidades trazidas pelos portugueses dos quatro cantos do mundo também eram difundidas por essa invenção renascentista que era o livro impresso. do oceano Atlântico e das terras do Novo Mundo é o mapa dito de Cantino e foi concluído no Outono de 1502.

Em 1521, Dom Manuel I estava no auge do seu poder: tinha concluído a reforma dos forais e das ordenações do agora que finalmente tinham chegado notícias do achamento da cristandade etíope nas costas do Magrebe islâmico, ao mesmo tempo que ordenara o alargamento da sua rede de fortalezas até à costa da China. Os seus planos e sonhos foram, porém, abruptamente interrompidos por uma febre que o matou em doze dias. Ficou a sua obra intensa e multifacetada – o seu legado extraordinário, próprio de um príncipe do Renascimento.

Bibliografia:

COSTA, João Paulo Oliveira e (2005) *D. Manuel I (1469-1521). Um Príncipe do Renascimento*, Casais de Mem Martins, Rio de Mouro: Círculo de Leitores.

COSTA, João Paulo Oliveira e, National Geographic (Portugal), [em linha], (consult. 2021-08-13).

LEITE, Sílvia (2005) *A Arte do Manuelino como Percurso Simbólico*, Casal de Cambra: Caleidoscópio.

GARVÃO, Maria Helena, [O livro Marco Paulo impresso por Valentim Fernandes : genealogia textual, leitura tipográfica e aspectos discursivos](#). Repositório da Universidade de Lisboa.

Imagem de capa editada por A Pátria, com as seguintes imagens:

- D. Manuel I de Portugal, em iluminura do frontispício do “Livro 1 de Além Douro” da Leitura Nova (cerca de 1521) / Arquivo Nacional Torre do Tombo, Domínio público, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=28974731>
- Por João do Cró – Arquivo Nacional Torre do Tombo, Domínio público. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=23422963>
- Iluminuras do Ofício dos Mortos no [Livro de Horas de D. Manuel](#), atribuídas a [António de Holanda](#). Surge representada, ao fundo, a cerimónia da quebra dos escudos durante as exéquias de D. Manuel. Disponível em:
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_I_de_Portugal#/media/Ficheiro:Livro_de_Horas_dito_de_D.Manuel_\(Of%C3%ADcio_dos_Mortos\),_atribu%C3%ADdo_a_Ant%C3%B3nio_de_Holanda,_1517-1551.png](https://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_I_de_Portugal#/media/Ficheiro:Livro_de_Horas_dito_de_D.Manuel_(Of%C3%ADcio_dos_Mortos),_atribu%C3%ADdo_a_Ant%C3%B3nio_de_Holanda,_1517-1551.png)

Data de Publicação: 19-08-2021